



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA
PROJETO DE LEI Nº. 011/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Altera o § 3º do artigo 3º da Lei nº. 334/10, de 25 de fevereiro de 2010, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, do Fundo Municipal de Direitos do Idoso e dá providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Formosa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o § 3º do artigo 3º da Lei nº. 334/10, de 25 de fevereiro de 2010, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, do Fundo Municipal de Direitos do Idoso e dá providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º.....

§ - Os membros do Conselho terão um mandato de 02^ª (dois) anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Prefeitura Municipal de Formosa, em de 2015.

Aprovado em 1ª Votação
Sessão do dia 12/05/15

1º Secretário

Aprovado em 2ª Votação
Sessão do dia 13/05/15

1º Secretário

Aprovado em 3ª Votação
Sessão do dia 14/05/15

1º Secretário


ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
Prefeito Municipal



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA
PROJETO DE LEI Nº. 011/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

O projeto de lei que ora encaminhamos para apreciação e votação dessa ilustre Câmara Municipal, propõe a alteração do § 3º do artigo 3º da Lei nº. 334/10, de 25 de fevereiro de 2010, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, do Fundo Municipal de Direitos do Idoso e dá providências”.

Conforme dispõe os Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos do Idoso, o qual praticam esse tempo de mandato, mediante estipulado em suas respectivas recomendações.

Porém, a presente solicitação visa possibilitar que o conselho municipal desenvolva adequadamente as suas atribuições legais, uma vez que o curto mandato obriga o órgão colegiado a dedicar pelo menos um quarto do atual tempo (três dos 12 meses) a qualificar os seus membros e realizar o planejamento do trabalho, o que representa, portanto, um grande prejuízo à fluidez de suas atividades e à qualidade das mesmas.

Sendo estas as considerações, solicitamos o apoio de Vossa Excelência e demais pares na aprovação do projeto.

Atenciosamente,


ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
PREFEITO MUNICIPAL